

**CNPJ:** 12.273.240/0001-49  
**Rua** João Castilho, 111  
**C.E.P.:** 89898-000 - Tunápolis - SC

**Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 15/2021  
**Data do Processo:** 02/03/2021

Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

A presente dispensa de licitação tem por objeto a Aquisição de Exame Laboratorial de Sorologia para covid - 19 em caracter de urgência para o enfrentamento da emergência de Saúde Pública

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 2 de Março de 2021, às 15:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 2164/2021, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 15/2021, Licitação nº 9/2021 - DL, na modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** O legislador pátrio entendeu, conforme disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988 que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Como se vê, inteligentemente o Legislador ressalvou as hipóteses em que o processo licitatório, por diversas razões poderia não se mostrar viável. Uma das hipóteses ressalvada por lei, conforme prescreveu ao art. 37, XXI da CF, contempla situações emergenciais ou urgentes que possam colocar em risco pessoas ou bens. A dispensa de licitação é exceção à regra da obrigatoriedade de licitação, contida no art. 37, XXI da Constituição Federal, que também indicou a possibilidade de afastamento da licitação em certas situações autorizadas pela lei. Vejamos: "Art. 37. (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."(grifamos). Diversas normas excepcionais são consagradas no ordenamento para lidar com situações igualmente excepcionais, das quais destacamos para o presente caso a contratação direta, com dispensa de licitação, de empresas para prestação de serviços, fornecimento de bens e execução de obras, nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando houver risco de prejuízo ou comprometimento à segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares (art. 24, III e IV, da Lei 8.666/1993). Com base na ressalva à regra da licitação contida no dispositivo constitucional supracitado a Lei regente nº 8.666/1993 trouxe, em seu art. 24, a descrição de diversos casos onde a licitação poderia ser dispensada, verificando-se assim e especialmente o inciso IV qual trás a seguinte redação: "IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". (grifamos). Eis, pois, os dispositivos legais autorizadores da contratação direta, com dispensa de licitação, sempre que caracterizada a urgência do atendimento e sem perder de vista o interesse público. Em situação de anormalidade (estado de necessidade administrativo), o próprio ordenamento jurídico reconhece, portanto, medidas excepcionais (legalidade extraordinária) para o atendimento do interesse público. Nas situações de estado de necessidade, a visão rígida e tradicional sobre o princípio da legalidade, segundo a qual a Administração Pública somente poderia atuar se autorizada pela lei, sem qualquer margem de inovação - tema bastante controvertido na doutrina, sofre mitigações para viabilizar atuações administrativas normativas (regulamentos de necessidade) ou concretas caracterizadas como urgentes, excepcionais, temporárias e proporcionais. Assim, coadunando os fatos com as razões de direito acima estampadas, não resta dúvida de estar-se diante de uma legítima situação que suscita a dispensa de licitação para posterior Aquisição de Exame Laboratorial de Sorologia para covid - 19 da forma mais rápida possível, no sentido único de se estar assegurando a saúde de nosso cidadão. DA JUSTIFICATIVA DO AFASTAMENTO DA LICITAÇÃO Sobre a justificativa do afastamento da licitação, este item encontra-se presente nos autos, em documento devidamente assinado pela Secretária da Saúde e Bem Estar Social, ocasião em que a mesma demonstra a necessidade de aquisição de Exame Laboratorial de Sorologia para covid - 19. Verifica-se ainda a chancela da autoridade competente à justificativa apresentada encontra-se, de modo que se pode considerar atendida a exigência normativa neste quesito, ao menos no que tange aos seus aspectos jurídico-formais. É importante lembrar que a teoria dos motivos determinantes preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Até mesmo sua validade dependerá da efetiva existência dos motivos apresentados. Destarte, quanto à justificativa da aquisição, não cabe a Assessoria Jurídica adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. O papel da Assessoria Jurídica é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação. Neste item foi cumprida a formalidade legal imposta.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**Nr.: 9/2021 - DL**

**CNPJ: 12.273.240/0001-49  
Rua João Castilho, 111  
C.E.P.: 89898-000 - Tunápolis - SC**

**Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 15/2021  
Data do Processo: 02/03/2021**

Folha: 2/2

**Participante: 6407 - HCL LABORATORIO CLINICO LTDA ME**

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Sorologia para COVID-19, anticorpos totais (IGG/IGM) Eletroquimioluminescência	UN	130,00		0,0000	120,00	15.600,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>15.600,00</b>
<b>Total Geral -----&gt;</b>							<b>15.600,00</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Tunápolis, 2 de Março de 2021

**COMISSÃO:**

JACKSON SCHERER - ..... - Presidente da Comissão de Licitação  
SHEILA INÊS BIEGER - ..... - Auxiliar de Contabilidade  
ELISANDRO BOTH - ..... - Motorista Veículos Passageiros  
JULIANA SCHEREN - ..... - Diretora Adj. de Departamento  
Edison Bieger - ..... - Agente Administrativo  
Blásio Dill - ..... - Técnico em Informática